

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.403.885 - SP (2018/0305324-0)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE : FUNDO DE PREVIDENCIA E BENEFICIOS DOS**  
**SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE ARTUR**  
**NOGUEIRA**  
**ADVOGADO : HAMILTON BRUSCHINI MARCONDES E OUTRO(S) -**  
**SP067903**  
**AGRAVADO : MIGUEL LUIS CASTILHO**  
**ADVOGADO : ALEXANDRE ALVES DE GODOY E OUTRO(S) - SP157322**  
**INTERES. : MUNICÍPIO DE ARTUR NOGUEIRA**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado pelo **Fundo de Previdência e Benefícios dos Servidores Públicos do Município de Artur Nogueira - Funpreman** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a* da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 562):

*APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO Mandado de Segurança Município de Artur Nogueira - Servidor público - Guarda Municipal - Regime estatutário - Aposentadoria por tempo de serviço prestado em trabalho de caráter perigoso e com risco à integridade física - Admissibilidade, em parte - Aplicação dos artigos 40 e 201 da Constituição Federal, do artigo 126 da Constituição Estadual e do art. 57 da Lei Federal nº 8.213/91. Precedentes jurisprudenciais. Sentença de concessão da ordem impetrada mantida, em seu miolo, todavia, com redução de seu alcance, somente para reconhecer ao impetrante o direito à aposentadoria especial, prosseguindo-se o processo administrativo para essa inativação, sem imediata e forçada aposentadoria por ato judicial APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO PARCIALMENTE PROVIDOS.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 600/603).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 5º, parágrafo único, da Lei nº 9.797/98 e 2º da Lei nº 11.417/2006. Afirma o direito à aposentadoria especial, porquanto restou comprovado que *"trabalhou em condições perigosas e sob risco de ofensa à integridade física, conforme, inclusive, a própria Administração o atesta em perfil profissiográfico*

*previdenciário (PPP) emitido (fls. 24/25) e em certidões (fls. 26/32), a revelar que o impetrante trabalhou de 01/11/1990 a 08/07/2016 como Guarda Municipal, exposto a fator de risco, ou seja, em quadro de periculosidade, por atividade permanente exposta a fator de risco de roubos e outras espécies de violência física" (fl. 584). Defende a necessidade de simulação da matéria pelo STF.*

O Ministério Público Federal, na condição de fiscal da lei, opinou "*pelo não conhecimento ou pelo desprovimento do agravo em recurso especial*" (fls. 645/650).

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

O inconformismo não prospera.

O Tribunal de origem concluiu pela redução da extensão da ordem concedida, pois, inviável, em sede mandamental, a ordem para a concessão forçada da aposentadoria especial pretendida, uma vez que é impossível, nesta via eleita, aferir todos requisitos administrativos para a sua correta aferição. Colhe-se do aresto estadual a seguinte fundamentação (fls. 565/568):

*A discussão de fundo refere-se à concessão de aposentadoria especial, na via forçada e judicial, a Guarda Municipal do Município de Artur Nogueira, ante a alegação de tempo laborado em situação perigosa e de risco à integridade física.*

*Respeitado entendimento diverso, a r. sentença de procedência da demanda está, em seu miolo, correta, comportando, todavia, adequação, pela necessidade de redução da extensão da ordem concedida, pois, inviável, em sede mandamental, a ordem para a concessão forçada da aposentadoria especial pretendida, uma vez que é impossível, nesta via eleita, aferir todos requisitos administrativos para a sua correta aferição.*

*Todavia, no exercício da jurisdição e das funções constitucionais inerentes ao Judiciário, viável o reconhecimento do direito do impetrante à aposentadoria especial.*

*Isso, porque, é certo que o impetrante trabalhou em condições perigosas e sob risco de ofensa à sua integridade física, conforme, inclusive, a própria Administração atesta em perfil profissiográfico previdenciário (PPP) emitido (fls.24/25) e em certidões (fls. 26/32), a revelar que o impetrante trabalhou de 01/11/1990 a 08/07/2016 como Guarda Municipal, exposto a fator de risco, ou seja, em quadro de periculosidade, por atividade permanente exposta a fator de risco de roubos e outras*

*espécies de violência física.*

*O que importa para esta demanda é que ficou comprovado que o impetrante trabalhou em situação perigosa e, desta forma, tem direito à contagem especial de tempo de serviço para aposentadoria. E, inexistindo regra própria regulamentando as hipóteses de aposentadoria especial, conforme já definiu o E. STF, na ausência de legislação local correlata, são aplicáveis as normas do Regime Geral de Previdência Privada (Lei nº 8.231/91), conforme a orientação jurisprudencial (MI nº 721-7/DF, rel. Min.Marco Aurélio, j. 30.8.2007).*

*(...)*

*Assim, na ausência de norma regulando a matéria e, ainda, na mora em legislar neste sentido, não se pode negar ao impetrante o direito à conversão do tempo de serviço prestado em condições de perigo e risco à integridade física, em tempo normal acrescido.*

*Aliás, até mesmo a soma de tempo especial com tempo comum é possível, nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.213/1991*

*(...)*

*Fiado, pois, no exposto e nos argumentos deduzidos nesta jurisprudência consolidada não se pode deixar de reconhecer o direito do impetrante, ora recorrido, ao cômputo de seu tempo de serviço em caráter perigoso, amparado nos artigos 40 e 201 da Constituição Federal, e na aplicação supletiva do art. 57 da Lei Federal nº 8.213/91.*

*Todavia, em sede mandamental, é inviável, por sua própria natureza, a ampliação das provas pela sua dilação, e, daí, não se pode, pela via forçada judicante, determinar a aposentadoria do impetrante, abstração à verificação de todos os requisitos necessários ao ingresso na inatividade, que cabe à Administração promover.*

*Assim, adequa-se a prestação jurisdicional devida, por redução de sua extensão, com a concessão da ordem impetrada tão somente para reconhecer o direito do impetrante à aposentadoria especial, com determinação de prosseguimento do processo de inativação do impetrante nos termos retro (isto é, no quadro da aposentadoria especial referida), afastando, contudo, a aposentadoria forçada por ato judicial. Assim, reforma-se em parte a ordem concedida e dá-se parcial provimento ao apelo e à remessa oficial.*

A par da falta de prequestionamento dos dispositivos legais invocados (Súmula 282/STF), observa-se que remanesceu íntegro o fundamento do acórdão recorrido segundo o qual, *"em sede mandamental, é inviável, por sua própria natureza, a ampliação das provas pela sua dilação, e, daí, não se pode, pela via forçada judicante, determinar a aposentadoria do impetrante, abstração à verificação de todos os requisitos necessários ao ingresso na inatividade, que cabe à Administração promover"*. Incidente, pois, a Súmula 283/STF, que assim dispõe: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."*. A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

**ANTE O EXPOSTO**, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator